

Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria

*Carlos Eduardo Martins**

*Adrián Sotelo Valencia***

Resumo:

Esse artigo busca distinguir a especificidade e evolução intelectual e política da vertente da teoria da dependência desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto. Aponta que esses autores teorizam a dependência para aceitá-la. Essa aceitação da dependência, presente em seus escritos dos anos 60, se aprofunda a partir dos anos 70, e dá lugar nos anos 90 à defesa teórica e política do neoliberalismo como forma dos países dependentes se articularem à economia mundial. Finalmente, resgatamos os conceitos básicos da vertente liberadora da teoria da dependência, distorcidos pela matriz de Cardoso e Falleto, para pensar os desafios postos pela globalização ao Estado nacional.

Introdução

A comemoração dos 30 anos da teoria da dependência é uma excelente oportunidade para refletir sobre uma temática eminentemente latino-americana que, em função de exílios e da presença de um regime de exceção no Brasil, nos chegou tardiamente e de maneira, muitas vezes, deformada e incompleta. Esses 30 anos ressaltam a importância do enfoque teórico e prático da dependência. Poucos são os enfoques teóricos que na América Latina comemoram tantos anos de existência. Principalmente quando muito desses anos são de perseguições e turbulências políticas, que dificultam a

* Doutorando em Sociologia/USP e membro da REDEM (Red. de Estudios sobre Economía Mundial)

** Professor do CELA/UNAM (Centro de Estudios Latinoamericanos).

acumulação de pesquisas e de sistematizações. Contudo, apesar dessas dificuldades, acumulou-se uma razoável base empírica e conceitual que tem nos permitido captar muito da especificidade de nossa integração ao capitalismo internacional e de nossas formas de desenvolvimento.

Se a realidade de nossa integração ao capitalismo internacional dos anos 70, 80 e 90 reforça a peculiaridade de nossos padrões de desenvolvimento e o objeto da dependência¹, é certo também que mais do que falarmos em teoria da dependência, devemos falar em teorias da dependência para nos referirmos às distintas articulações metodológicas e conceituais que se estabeleceram para interpretar esse objeto.

Neste texto pretendemos mapear, em grandes linhas, a evolução da corrente de pensamento dependentista fundada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, que produz novos aportes nos 90, como os do próprio Cardoso e os de Lígia Goldenstein. Aqui, ressaltaremos a sua evolução teórico-metodológica no contexto de um mundo em processo de globalização, os seus desdobramentos políticos e a sua interpretação dos debates sobre a teoria da dependência.

A teoria da dependência e a prática política de Cardoso

Ao nosso ver, Cardoso pratica hoje, como político, a dependência que teorizou, pois os elementos emancipatórios de sua teorização são remotos e abstratos, sendo amplamente secundados por uma visão sistemática que vincula o paradigma de desenvolvimento latino-americano à dependência.

Um primeiro ponto, que gostaríamos de enfatizar para esclarecer nosso argumento, é que mais que da teoria da dependência, devemos falar de teorias da dependência. Não é correto assinalar que a teoria da dependência possui necessariamente, uma dimensão interpretativa e outra emancipatória. Podemos distinguir em largas pinceladas duas principais teorizações da dependência:

i) Uma marxista, desenvolvida principalmente por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo e Roberto Pizarro, em que a interpretação das situações concretas de dependência não secundarizam uma visão emancipatória e programática, pois são analisadas pela via da luta de classes. Embora se ponha ênfase nas dificuldades de afirmação do socialismo na periferia de um sistema mundial capitalista, se

¹ Esse objeto é constituído por países e regiões que têm sua estrutura econômica definida em função de interesses materiais que se encontram fora da nação e que por isso possuem padrões de desenvolvimento divergentes em relação ao dos países centrais.

reconhece a possibilidade de se estabelecer aí um padrão de desenvolvimento alternativo à dependência, com maior ou menor horizonte, quanto maior seja o seu impacto sobre a configuração da economia mundial.

ii) Outra weberiana e com certas tintas de ecletismo, ao assimilar parcialmente e de maneira subordinada o marxismo, que tem sua melhor expressão nas obras de Cardoso e Faletto. Aqui a dependência é analisada a partir das estruturas de dominação, sendo que apenas por seu intermédio se compreende a luta de classes². Os padrões de desenvolvimento são articulados à dependência, que constitui o paradigma de desenvolvimento para as sociedades latino-americanas, cabendo à instância política nacional instituir padrões de dominação que oscilam entre os pares desenvolvimento/dependência e estancamento/autonomia.

A versão weberiana de Cardoso e Faletto, ao afirmar o conceito de estruturas de dominação como chave para a análise da dependência, vai inserir qualquer padrão sustentado de desenvolvimento dentro das perspectivas da dependência, condenando ao estancamento e ao irracionalismo qualquer ação social e política que busque romper com as estruturas dependentes. O ceticismo em relação a capacidade do socialismo e do nacionalismo na periferia e, principalmente, na América Latina, estabelecer algum padrão distinto de desenvolvimento à dependência, desponta claramente nas obras de Cardoso e Faletto: “Uma sociedade pode sofrer transformações profundas em seu sistema produtivo sem que se constituam ao mesmo tempo de forma plenamente autônoma os centros de decisão e os mecanismos que os condicionam (...) uma sociedade nacional pode ter certa autonomia de decisões sem que por isso o sistema produtivo e as formas de distribuição de renda lhe permitam equiparar-se aos países centrais desenvolvidos, nem sequer a alguns países periféricos em processo de desenvolvimento. Acontece essa hipótese quando um país rompe os vínculos que o ligam a um determinado sistema de dominação sem se incorporar totalmente a outro (Iugoslávia, China, Argélia, Egito, Cuba, e o México revolucionário)” (Cardoso e Faletto, 1984,:27).

Essas conclusões são realçadas por Fernando Henrique Cardoso, em trabalho mais recente: “Face ao desafio da modernidade e da impressão de que razão e o mercado são noções intimamente interligadas, a preocupação política em grandes áreas do Sul é que a reação contra a desigualdade possa ocorrer somente através de um robustecimento da vontade nacional, alçada sobre a cidadela do Estado. Em muitas áreas do Sul, a desesperança busca a sublimação em novas teses salvacionistas, substitutas da fé cega na

² Ver Cardoso e Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, 1984, p. 22.

inevitabilidade da revolução (que foi um atributo do mundo industrial até a chegada da ‘economia da informação’) através da unidade nacional contra o imperialismo ou outro epíteto dado atualmente dado ao capitalismo avançado (...).Esses movimentos nada criam além de matrizes da contracultura local com repercussões isoladas nos grandes centros. Os países incapazes de repetir a revolução do mundo contemporâneo e encontrar um nicho no mercado internacional, terminarão no ‘pior mundo possível’. Não valerão ao menos o trabalho de serem explorados; tornar-se-ão irrelevantes e sem qualquer interesse para a economia global em movimento” (Cardoso, 1996:12-14).

Na definição de dependência de Cardoso e Faletto, o político é uma variável fraca frente ao econômico, uma vez que possui uma abrangência limitada de atuação frente a este. A face econômica da dependência se expressa na conformação de uma estrutura produtiva nacional em função do mercado externo, que mantém os vínculos comerciais, produtivos e financeiros com a expansão internacional do capitalismo. Entretanto, a instância política tem as suas possibilidades de atuação concentradas no aparato jurídico-político nacional, o que limita grande parte de sua capacidade de decisão e ação, pois não possui qualquer atribuição formal para atuar soberanamente no plano internacional. A “ambigüidade” explícita com que Cardoso vai caracterizar a situação de dependência comporta, em verdade, uma grande desigualdade entre o econômico, que cria uma estrutura produtiva marcada por características e vinculações estruturais dependentes, e o político, cuja amplitude de atuação não lhe permite atuar sobre esses vínculos estruturais e dinâmicos da dependência e substituí-los por outros, sem cair no estancamento e, ao final, no “pior mundo possível”.

“Neste último caso há desde o começo uma dupla vinculação do processo histórico que cria uma ‘situação de ambigüidade’, ou seja, uma nova contradição. Desde o momento em que se coloca como objetivo instaurar uma nação (...) o centro político da ação das forças sociais tenta ganhar certa autonomia ao sobrepor-se à situação do mercado; as vinculações econômicas continuam sendo definidas objetivamente em função do mercado externo e limitam as possibilidades de decisão e ação autônomas. Nisso radica, talvez, o núcleo da problemática sociológica do **processo nacional de desenvolvimento na América Latina**” (Grifos nossos) (Cardoso e Faletto, 1984:30).

A ambigüidade e contradição entre a economia e a política³, ou entre a estrutura e a ação na teoria da dependência de Cardoso e Faletto, reproduz a

³ A ação política interna é apresentada como amplamente livre em suas escolhas de caminhos a seguir. Mas num nível de abstração superior se demonstra sua dependência das variáveis econômicas e sua incapacidade de sustentar no longo prazo uma trajetória que a contradite.

ambigüidade e contradição entre os tipos puros de dominação e a ação social em Weber. Em Weber, os indivíduos podem agir de uma dupla forma: ou fundamentados numa racionalidade que leva apenas em conta as suas próprias convicções, ou fundamentados numa racionalidade que leva em conta a atuação do ambiente societário sobre os seus fins particulares e a capacidade de transformá-los num resultado concreto não desejado. No primeiro caso, estamos diante da atividade racional por valor e da ética de convicção. No segundo caso, estamos na presença da atividade racional por finalidade e da ética de responsabilidade. Portanto, no pensamento de Weber, a ação baseada apenas na convicção de seu agente e que contradita as bases do tipo de dominação societária na qual ele estiver inserido, traz a irracionalidade de resultar numa expressão concreta não intencional que a desvia dos resultados esperados. A ação racional por finalidade, ao contrário, ao basear a ação do agente na correlação entre a concorrência dos meios, o antagonismo dos fins e suas conseqüências, articularia os fins às suas possibilidades reais de materialização, constituindo uma ação superior em racionalidade à primeira.

Fernando Henrique Cardoso ao definir o paradigma de desenvolvimento latino-americano através da dependência, caracterizada pela desigualdade da abrangência de atuação entre o econômico e o político na conformação das estruturas de dominação, vê nela um limite à expansão da região, mas a indica como único paradigma possível de desenvolvimento nas condições conhecidas, contrapondo-a ao nacionalismo, ao socialismo e à estagnação. Como teórico e político, Cardoso escolhe a ética de responsabilidade, pois ela lhe permite vincular os seus fins aos condicionamentos impostos pelas estruturas dependentes. A fraqueza da esfera política em relação à objetividade da economia, não lhe permite construir um caminho próprio e sustentado de desenvolvimento.

Em estreita vinculação a seus escritos de 1967, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, e de 1975, *Autoritarismo e Democratização*, Cardoso opta pela criação de um modelo político que permita ao capital internacional, não apenas constituir-se no eixo estrutural da dominação societária, mas da dominação política. Para isso era necessário estabelecer um padrão que rompesse com os resquícios do modelo autoritário-corporativo e dos anéis burocráticos, pois ele tornava o capital estrangeiro refém daqueles que ocupam cargos no aparelho estatal e o submetia aos laços corporativos para afirmar seus interesses. A solução encontrada será a afirmação de um padrão que privilegie a centralidade do mercado na política, nas relações internacionais e no desenvolvimento econômico.

Em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Cardoso e Faletto apontavam que embora o regime autoritário-corporativo tenha sido

necessário para resolver desde o ponto de vista do capital a crise do populismo desenvolvimentista, criou uma situação até certo ponto paradoxal, pois se, de um lado, a grande corporação industrial-financeira garantiu a presença central na estrutura econômica da nação e no sistema de dominação que a conforma, de outro lado, não estabeleceu um modelo político associado a sua dominação estrutural:

“A passagem do regime democrático-representativo ao regime autoritário-corporativo (...) faz-se por intermédio de revoluções nas quais são as grandes organizações nacionais, como o exército e a burocracia pública, mais que burguesias nacionais ou internacionalizadas, que atuam e se reorganizam. Obviamente, a situação estrutural que dá sentido à ação desses grupos é a que foi descrita neste trabalho e, portanto, as burguesias internacionalizadas continuam sendo o eixo do sistema de dominação” (Cardoso e Faletto, 1984: 134).

Essa problemática se aprofunda em *Autoritarismo e Democratização*, quando atribui o autoritarismo brasileiro a segmentos que fundamentam o seu poder no uso particularista do Estado nacional. Cardoso propõe, então, a pauta de um *Estado de compromisso virtual*, formado pela aliança entre a burguesia internacionalizada e os setores não-totalitários do aparato estatal, interessados na legitimação do modelo político brasileiro e em evitar a sua evolução para um totalitarismo fascista e obscurantista, que se realizaria por seu isolamento do mundo exterior (Cardoso, 1975).

Essa análise e esse programa vão se refletir, mais tarde, na proposta de um novo pacto para o país, que o então Ministro da Administração e Reforma do Estado, Luís Carlos Bresser Pereira, chamou de social-liberal, e cuja liderança intelectual e política atribuiu ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Tal pacto afirma o papel central do mercado na vinculação do país à economia internacional e na alocação de recursos dentro do espaço nacional (Bresser, 1997) e adquire a sua culminação em uma ruptura política que afirma a independência do sistema representativo em relação ao Estado, mas que se desvincula de qualquer relação necessária com uma ruptura social. São as reformas econômicas e políticas que permitem ao capital internacional transformar a sua dominação estrutural em dominação política e aprofundar os laços de dependência do país, tornando-as muito menos compartilhadas com a associação dos capitais estatal e privado nacional.

“Na questão das rupturas sociais, não se trata da vontade de A, B, ou C. A maturação é lenta (...) Agora, a verdade é que esse sistema político não pode durar muito tempo. E não pode durar porque está fundado amplamente no clientelismo”.(Cardoso, 1998: 39-41).

A globalização no discurso e prática de Cardoso

O pensamento sobre a globalização de Fernando Henrique Cardoso se articula como uma continuidade ao esquema teórico e metodológico por ele desenvolvido para analisar a dependência. A contradição que se apresenta entre o econômico e político nessa parte de sua obra, aprofunda a articulação subordinada entre essas instâncias, presente em suas análises clássicas da dependência.

Para Cardoso, a globalização não rompe com a dominação entre os Estados nacionais que caracteriza a dependência, mas introduz um novo quadro sistêmico e analítico caracterizado pela interconexão produtiva global e pela alta mobilidade do capital especulativo, que passa a comandar o lado real da economia. A mobilidade internacional dos capitais especulativos cria a vulnerabilidade dos Estados nacionais e uma nova dependência, que se justapõe à antiga, entre os Estados-nações. Os países perdem a capacidade de governabilidade para ajustarem as suas regras de câmbio, juros e de monitoramento da economia as demandas do mercado especulativo.

“Em cada país, as regras de câmbio, as regras de juros, todas as medidas de monitoramento da economia, passam a funcionar ligadas aos movimentos desse mercado especulativo. E tem que ser assim mesmo, pois esse mercado, que não teria importância se não afetasse a economia real, na verdade afeta (...) No limite o que está acontecendo, em consequência dessa globalização, é que você não tem mais autoridade” (Cardoso, 1998: 85).

A esse novo quadro internacional do econômico na visão de Cardoso, cujo fortalecimento é função da ampliação da mobilidade de capitais, se contrapõe o mesmo tipo de estrutura política, de abrangência eminentemente nacional. O resultado é um grande aprofundamento da desigualdade de poder entre essas duas instâncias e a uma liquidação prática da autonomia do político concebido em sua dimensão nacional.

A solução dessa questão, para Cardoso, depende de elementos que escapam a sua capacidade de ação e que ele atribui à formação de um governo mundial capaz de criar regras que limitem a mobilidade do capital internacional. Cabe nessa perspectiva, para o governante do país dependente, a difícil tarefa de praticar a subordinação ao capital internacional e postular o seu controle, colocando-se sempre à sombra da iniciativa dos países centrais para evitar os custos de uma liderança nessa direção:

“Não há solução nacional para a questão. Vivo dizendo: globalização não é um valor, não é algo que você queira. Existe. E precisa de controles, porque está indo para um caminho perigoso (...) a crítica da globalização tem que ser global. E essa crítica faço sempre que posso” (Cardoso, 1998: 87).

Nesse contexto, não há mais para Cardoso, nos países dependentes, a contradição entre a dominação econômica do capital estrangeiro e a dominação política nacional que presidiu os períodos de industrialização substitutiva no país. A necessidade de aprofundar os vínculos com o mercado externo para garantir o desenvolvimento, exige uma transferência dos espaços decisórios nacionais aos centros do capitalismo internacional e suas corporações privadas. Essa transferência ocorre através de políticas internas articuladas aos organismos de formulação de políticas do capitalismo internacional e que situam o mercado como eixo da alocação interna de recursos e da articulação do país com o capitalismo internacional. Os trabalhos de Lígia Goldenstein surgem, nos anos 90, para propor um esquema macroeconômico dessa articulação e aprofundar a vinculação da versão da teoria da dependência formulada por Fernando Henrique Cardoso ao neoliberalismo.

O modelo teórico implícito: o padrão capitalista neoliberal

Apesar de originar-se do pensamento econômico de Campinas e de sua ênfase em uma concepção epistemológica endogenista, Lígia Goldenstein dá um passo adiante de outros autores da mesma escola, que perderam de vista a “dinâmica externa”.

A crise da industrialização substitutiva e a aceitação das burguesias dependentes em abrir mão das esferas políticas nacionais de decisão, lançaram o endogenismo numa encruzilhada que tende a rachá-lo ao meio, onde, de um lado, conforma-se um enfoque, no qual inclui-se Goldenstein, em que aceita-se que o interno perca a sua autonomia e torne-se cada vez mais uma expressão do externo e de outro lado, desenha-se um perfil de pensamento que busca uma nova base social, de contornos cada vez mais populares, para afirmar-se as diretrizes nacionais e regionais de desenvolvimento.

Goldenstein considera que, entre os anos 50 e 80, capital estrangeiro é o principal fator de desenvolvimento e o amortecedor dos conflitos internos na América Latina⁴: “Nossa hipótese é que, exatamente em função de uma específica relação interna entre e intra classes, houve no Brasil um aprofundamento dos laços de dependência que permitiu um desenvolvimento acelerado durante algumas décadas. Entretanto, a viabilização do

⁴ Ainda que a autora afirme que o seu "modelo teórico" só é aplicável ao Brasil, porque é a este país que ela se refere, cremos que, ao analisar seus postulados e resultados, é extensivo ao caso da América Latina, porque suas premissas identificam-se plenamente com as políticas econômicas neoliberais aplicadas nas duas últimas décadas na região.

desenvolvimento, apesar da não resolução das contradições internas, só ocorreu graças a uma dinâmica extremamente favorável do capitalismo internacional que permitia, através da entrada de capital externo, amortecer os conflitos internos, sem a qual estaria bloqueado o processo de acumulação”(1994:52).

Goldenstein segue com esmero as análises de Cardoso e Faletto e enfatiza o interno dentro do dilema entre desenvolvimento/dependência e autonomia/estancamento. Ela afirma que o papel de amortecimento das tensões sociais exercido pelo capital estrangeiro está sendo modificado na atualidade, inviabilizando o atual esquema de desenvolvimento da economia do Brasil. “O ciclo de crescimento acelerado que tem início nos anos 50, conhecido como 'nacional-desenvolvimentismo, só teve a duração que teve graças ao financiamento externo que, em diferentes oportunidades, amorteceu as recentes crises do balanço de pagamentos e de inflação. Somente nos anos 80, quando no cenário internacional aceleravam-se as transformações que acabariam por ser conhecidas como 'globalização', o modelo de crescimento brasileiro se esgota, e o papel das transformações internacionais neste esgotamento é decisivo” (Goldenstein, 1998:131).

Segundo Goldenstein: “as transformações que vem ocorrendo no âmbito do capitalismo internacional — 3a. Revolução tecnológica e globalização financeira — têm apontado para um movimento de capital internacional que passa ao largo dos processos produtivos de certas economias periféricas, levando, portanto, a deixar de funcionar como amortecedor dos conflitos internos que passam a emergir ameaçando os padrões de desenvolvimento” (Goldenstein, 1994:52).

Nesse marco de crise e esgotamento do “modelo” nacional-desenvolvimentista, qual é a alternativa que apresenta a autora?

Para corrigir essa situação e assegurar o aparecimento do novo paradigma de desenvolvimento, é necessário, segundo a autora, realizar reformas que abram a economia ao capital externo e estabilizem a moeda. Impõe-se, assim, um novo “modelo” econômico para o Brasil a partir da globalização. Ele se funda na desregulamentação da circulação de capitais e mercadorias, na privatização e na estabilização monetária, para impulsionar os fluxos de capital externo, principalmente produtivos.

Nas palavras de Goldenstein: “Todo o processo depende da manutenção da economia aberta, para garantir o controle da inflação e da fuga de capitais. A manutenção da economia aberta exige, por sua vez, a existência de uma “moeda forte”, para garantir as importações e para impedir ataques especulativos contra sua moeda, ainda frágil. Para obter uma moeda forte existem dois caminhos: atrair capitais especulativos através de elevadas

taxas de juros ou atrair capitais produtivos. No primeiro caso, atração de capitais especulativos, trata-se de um caminho perigoso, custoso e de curta duração. Os capitais especulativos saem do país ao perceber a fragilidade das economias que os estão atraindo. O caminho mais sólido é o da reestruturação produtiva, que garante uma inserção internacional menos frágil” (1994:134).

A chave da recuperação e da reinserção consiste em obter uma reestruturação produtiva em função das condições de rentabilidade capitalista que exijam os investidores internacionais, procurando, mas não impondo, que o novo fluxo desses investimentos sejam produtivos e não especulativos, como o são na atualidade. Como vemos, a autora está propondo as medidas econômicas que o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial têm imposto à América Latina.

Na lógica de Goldenstein, os setores populares ficam apenas em um segundo ou terceiro plano. Os investidores especulativos ou produtivos virão na medida em que se lhes garanta altas taxas de retorno para operar no país; e isto exige ajustar-se a suas demandas e interesses, e não as do país e de sua população. Não surpreende já que outra saída levaria à ponderação de outras forças sociais e políticas como os trabalhadores e outras classes sociais oprimidas e exploradas pelo capital.

O nacional e as teorias da dependência na era da globalização

Se a visão de Cardoso e Goldenstein sobre a dependência e a globalização levam à liquidação do nacional como instância de proposição de processos de desenvolvimento alternativos à dependência, devemos nos perguntar se a visão marxista da dependência permite ainda tomar o nacional como categoria de estruturação de um projeto de desenvolvimento distinto para a América Latina.

Para responder a essa pergunta é preciso desfazer certas confusões que se desenvolveram sobre a visão marxista da dependência. Elas provêm do ecletismo com que se estruturou a visão weberiana da dependência e do formalismo com que se tratou o marxismo, principalmente nas visões derivadas dos partidos comunistas latino-americanos.

A teoria marxista da dependência tem sido qualificada por Fernando Henrique Cardoso (1975, 1978, 1993) e os adeptos ou influenciados por seu enfoque, como José Serra (1978), Guido Mantega (1984), Lúcia Goldenstein (1994 e 1998), Luís Carlos Bresser Pereira (1997) e José Luiz Fiori (1999), como uma visão que interpreta o capitalismo latino-americano como estancado, superexplorador e incapaz de absorver o regime democrático. A alternativa do socialismo se confundiria com a do desenvolvimento. Na

argumentação desses autores, a categoria-chave da teoria marxista da dependência seria o imperialismo, confundido com um determinado estágio da divisão internacional do trabalho em que os países centrais se dedicariam à industrialização e os países periféricos à agro-exportação e produção de matérias-primas em geral.

A descentralização da indústria do centro para a periferia através do capital estrangeiro tornaria defasado esse enfoque da dependência ao trazer o desenvolvimento para essas regiões. Isso as fundamentaria sobre a produção da mais-valia relativa e não mais sobre o trabalho extensivo, permitindo a flexibilização do modelo político e viabilizando a introdução de uma democracia estável. Abundam nos textos de crítica de Fernando Henrique Cardoso a Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos referências à elevação da composição orgânica do capital e sua relação com a mais-valia relativa na obra de Marx, para comprovar de um lado, a capacidade do capitalismo dependente se desenvolver e, de outro lado, a possibilidade dele estabelecer um pacto social com os trabalhadores que consolide a democracia no país, suavizando a escalada dos antagonismos sociais através do desenvolvimento tecnológico. A apropriação de mais-valia e a superexploração do trabalhador seriam categorias que corresponderiam a etapas embrionárias do desenvolvimento capitalista, que não teriam vigência em suas etapas mais avançadas (Cardoso, 1975:32).

No mesmo sentido se posicionam os textos produzidos pelo marxismo endogenista. Inspirados em uma suposta fidelidade a Marx, enfatizam a superioridade da produção sobre a circulação para compreender-se a acumulação capitalista e, como tal, priorizam a exploração sobre a apropriação de mais-valia, criticando qualquer menção às instâncias da circulação, tais como o Estado-nação, como categoria da gênese da internacionalização do capitalismo.

Pensamos que essas críticas padecem de dois tipos de equívocos:

i) A formalização do pensamento de Marx. O pensamento de Marx do livro I, dedicado no nível teórico ao processo de produção do capital e historicamente à estruturação do modo de produção capitalista na Europa, fase que Marx melhor observou, é tomado como a essência do pensamento marxista. Descuida-se de sua articulação com a circulação e com as contradições que presidem as leis de produção de mais-valia e que impedem a sua plena internacionalização.

Pesa sobre o modo de produção capitalista o fato de que apesar de ser uma forma de produção generalizada de mercadorias, essas não generalizam suas leis de desenvolvimento. A produção não é submetida a um planejamento global e sim mediada pela concorrência, significando realidades

diversas e, às vezes, contrárias para cada produtor individual. Segundo Marx, a separação entre produtores que a circulação determina, impõe a transferência de capitais e de tecnologias entre os ramos produtivos quando se limita a capacidade de concentração de capitais ao nível do ramo. Com isso, compara-se valores de uso de qualidades distintas e os limites postos à produção de capital pela circulação, são superados. Essa superação se realiza pela crescente integração da produção à circulação, através da formação da categoria de preços de produção.

Segundo Marx, os preços de produção representam a maturidade do processo de produção capitalista e permitem aos capitais de composição técnica e orgânica superior se apropriarem, através da concorrência, de parte da mais-valia gerada nos capitais de composição inferior, desviando os preços dos valores dos produtos, para equalizar as taxas de lucro entre os ramos. Os ramos ou regiões, cujo desenvolvimento for objeto da expansão de regiões e de segmentos com alta composição orgânica do capital, apenas produzirão mais-valia condicionados pela apropriação de mais-valia, e seus preços se desviarão tendencialmente para abaixo do valor, trazendo como consequência uma queda permanente da taxa de lucro que só pode ser sustada com um movimento similar de redução dos preços da força de trabalho em relação ao seu valor.

Essa temática foi desenvolvida pela teoria marxista da dependência e como se vê, não tem qualquer relação com o estancamento. Pelo contrário, a hegemonia da apropriação de mais-valia sobre a produção de mais-valia no capitalismo dependente, se faz com a integração de ambas as instâncias na categoria de preço de produção (Marini, 1973 e 1978), entendida como a categoria madura e central do modo de produção capitalista para compreender-se a internacionalização crescente e a expansão contraditória das leis da acumulação capitalista⁵.

ii) A dificuldade de identificação empírica do discurso da teoria marxista da dependência. Essa dificuldade provém em grande parte da necessidade da vertente de Cardoso e Goldenstein ler a problemática latino-americana através da dicotomia desenvolvimento/dependência e estancamento/autonomia. Qualquer projeto alternativo de desenvolvimento é avaliado como *estancacionista* e comprometido com uma leitura arcaica do capitalismo. Esse rótulo se estabelece independentemente: de Ruy Mauro

⁵ Em nosso artigo, "Superexploração e Acumulação de Capital" (1999), publicado na *Revista Brasileira de Economia Política*, tratamos amplamente o conceito de superexploração de Marini, formalizando-o matematicamente a partir das equações dos preços de produção. Demonstramos que esse conceito não tem qualquer relação necessária com o estancamento, sendo compatível com o desenvolvimento tecnológico, condição a partir da qual foi pensado por esse autor.

Marini vincular o conceito de superexploração do trabalho ao desenvolvimento tecnológico e criar a categoria de subimperialismo, que tem em seus pressupostos a elevação da composição orgânica do capital nos países dependentes; de Theotônio dos Santos teorizar, talvez, pela primeira vez na América Latina, uma nova divisão internacional do trabalho, comandada pela revolução científico-técnica, que tornou a indústria uma tecnologia obsoleta e transferível para os países dependentes e assinalar as contradições do fascismo para a burguesia latino-americana e as conjunturas em que ela, com proveito, poderia se valer dele. A teoria weberiana da dependência transfere, aos projetos alternativos de desenvolvimento, o estancamento que está presente no centro dos seus dilemas. A questão para a teoria marxista da dependência é a de escolher-se entre um desenvolvimento concentrador, superexplorador e politicamente instável e um desenvolvimento socialista. É preciso romper e superar a dependência e construir um novo padrão de economia e sociedade (socialista e democrática) para cumprirem-se as tarefas destinadas a satisfazer as grandes necessidades humanas não apenas no plano material, mas, também no plano cultural e espiritual.

Mas a ruptura nacional com a dependência não resolve todos os problemas dessas regiões. Cria-se um ambiente interno socializante que confronta-se com um ambiente internacional capitalista. Uma vez realizada a integração nacional de tipo econômica, social, cultural e política esse padrão de desenvolvimento começa a se esgotar. A partir daí, ou alcança-se uma nova escala de integração, ampliando-se a abrangência do padrão, ou ele dissolve-se no sistema capitalista internacional, sem anular-se por inteiro, condicionando-o ao integrar nele parte de seus elementos (tecnologias, culturas, mentalidades e sensibilidades políticas⁶).

Descritos os contornos dessa teorização, cabe tentar responder em que medida o nacional pode conformar, ainda, um parâmetro útil à ruptura da dependência e construção do socialismo.

Pensamos que uma visão que estipule paradigmas de desenvolvimento alternativos à dependência deve destacar o caráter anárquico do capitalismo e sua tendência sempre incompleta à internacionalização e ao planejamento. O capital embora crie permanentemente formas superiores e mais agregadas de desenvolvimento, sempre as fundamenta nas formas inferiores, que condiciona e desenvolve, mas com as quais não consegue romper. A produção de mais-valia fundamenta-se na produção de mercadorias e a

⁶ Theotônio dos Santos trata amplamente desta temática em sua obra que buscamos sistematizar em nosso artigo, "Theotônio dos Santos: introdução à vida e obra de um intelectual planetário" (1998).

desenvolve e condiciona. A nacionalização da produção e da circulação de capitais fundamenta-se na produção e apropriação privada, e as desenvolve e condiciona. A globalização da produção e da circulação de capitais fundamenta-se na produção e a apropriação privada nacional, e também as desenvolve e condiciona.

O espaço nacional é limitado e ao mesmo tempo estratégico para formar as bases de um processo de desenvolvimento que rompa com a dependência. A maneira do capitalismo articular seus níveis de agregação inferiores e superiores, impede que se crie uma instância decisória global e democrática expressiva, sem que se tenha acumulado alguns choques importantes em níveis mais anárquicos de gestão. A capacidade da instância nacional suportar o choque com as estruturas globalizantes do capital internacional e de influenciá-las dependerá:

i) Do seu nível de heterogeneidade educacional, tecnológica e econômica, da disponibilidade e subutilização de seus insumos naturais e da capacidade de integrar todos esses recursos nacionalmente;

ii) Da capacidade de estabelecer níveis de gestão ampliados através de acordos regionais; e

iii) Da capacidade de estabelecer alianças internacionais que apoiem projetos de desenvolvimento que priorizem a elevação dos padrões de vida das grandes massas e o desenvolvimento científico e tecnológico.

O Brasil, pelo fato de possuir uma ampla população marginalizada do sistema científico, educacional e de saúde desenvolvido no país; por ter um parque tecnológico regionalmente concentrado e com segmentos importantes de bens de capital e de indústria de base instalados; por ter uma ampla gama de recursos naturais utilizada sem uma diretriz de integração a um projeto científico e tecnológico de desenvolvimento nacional; e por possuir laços de integração que se projetam para o Cone Sul e a América, possui elementos sólidos para traçar uma trajetória de desenvolvimento nacional que se confronte com as políticas postuladas pelo capital internacional.

Os desafios de escala produtiva colocados pela globalização poderiam ser suportados em grande parte através da integração nacional, mediante a inserção da população brasileira sob um outro nível educacional, tecnológico, científico e de consumo. A projeção desta realidade exitosa sobre a América Latina e outros países de terceiro mundo, principalmente Índia e China, permitiria aprofundá-la e estender seus limites. A onda rosa que varre a Europa e atinge de maneira mais moderada os Estados Unidos, poderia ser outra importante fonte apoio e de transmissão da influência de uma América

Latina autodeterminada ao mundo desenvolvido, aprofundando os padrões sociais do desenvolvimento econômico internacional.

Na América Latina existem alternativas ao padrão neoliberal. Trata-se das que pensaram e estão pensando os teóricos críticos da dependência: um novo projeto de sociedade voltado para atender às necessidades sociais, o que exige superar a dependência capitalista e esse próprio sistema, e não reproduzi-lo e aprofundá-lo como afirmam os ideólogos dependentistas neoliberais.

Bibliografia

- BRESSER, Luiz Carlos (1997). “Interpretações sobre o Brasil” in Loureiro, Maria Rita
- (org.) *50 Anos de Ciência Econômica no Brasil: Pensamento, Instituições, Depoimentos*. Petrópolis, Editora Vozes/Fipe.
- CARCANHOLO, Marcelo et alli (1998) (Orgs), *Neoliberalismo a tragédia do nosso tempo*, São Paulo, Cortez .
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1998) O sociólogo visto pelo Presidente - Entrevista a Renato
- Pompeu de Toledo. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. (1996) “Relações Norte-Sul no Contexto Atual: Uma Nova Dependência?” In
- Baumann, Renato (org.) *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro, Campus.
- _____. (1993). *As Idéias e seu Lugar*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes,
- _____. e Falleto, Enzo (1984) Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de
- Interpretação Sociológica. 7ª ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1978) “Las Desventuras de la Dialéctica de la Dependência” *Revista Mexicana de Sociología*. n.º. Especial. México, UNAM.
- _____. (1975). *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CARDOSO, J. Manoel de Mello. (1982). *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Brasiliense.

- FIORI, José. (1999). “De volta à questão da riqueza de algumas nações” In José Fiori (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Vozes, Petrópolis.
- _____. (1995). *A Globalização e a novíssima dependência*. Textos para Discussão nº.343.
- GOLDENSTEIN, Ligia.(1998). *Post Scriptum*, “Repensando a dependência após o Plano Real”.
- (maio/98).In Marco Antônio Coelho (org.). *Teoria da Dependência: 30 anos Depois*
São Paulo, FFLCH/USP.
- _____. (1994). *Repensando a Dependência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KAY, Cristobal. (1989). *Latin American theories of development and underdevelopment*. Londres e Nova York, Routledge.
- MANTEGA, Guido.(1997). “O pensamento econômico brasileiro de 60 a 80: os anos rebeldes”. In LOUREIRO, Maria Rita. (org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil: Pensamento, Instituições, Depoimentos*. Petrópolis, Vozes/Fipe.
- _____. (1984). *A economia política brasileira*. Petrópolis, Vozes.
- MARÍN, Andrés Barreda. (1995). “La dialéctica de la dependência y el debate marxista latinoamericano”. In, MARINI R. e MILLÁN M. (Coord.). *La teoria social latinoamericana*. México ,Tomo 3., D.F. Ed. El Caballito.
- MARINI, Ruy Mauro.(1995). “Proceso y tendencias de la globalización capitalista”. In MARINI R., e MILLÁN, M. (Coord.). *La teoria social latinoamericana*. Tomo 4. México, D.F. Ed. El Caballito.
- _____. e MILLÁN, M. (Coord.) (1994 e 1995-A). *La teoria social latinoamericana*. México, 4 Tomos, D.F. Ed. El Caballito.
- _____. (1994 e 1995-B). *La teoria social latinoamericana: textos escogidos*. México, D.F.,Tomos 3, Ed. El Caballito.
- MARINI, Ruy Mauro.(1992). *América Latina: dependência e integração*. São Paulo, Brasil Urgente.
- _____.(1985). *Subdesarrollo y revolución*. 12ª ed.México, Sigloveinteuno.
- _____.(1979). “Plúsvalía extraordinaria y acumulación de capital”. *Cuadernos Políticos*, 20.

- _____. (1978). "Las razones del neodesarrollismo: Respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra". *Revista Mexicana de Sociología* (México), Número Especial.
- _____. (1977-A). "Estado y crisis en brasil". *Cuadernos Políticos*, 13.
- _____. (1977-B). "La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo". *Cuadernos Políticos*, 12.
- _____. (1976). *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre el Chile*. Série Popular., México D.F., Era.
- _____. Marini, (1973). *Dialéctica da Dependência*. México D..F., Era.
- MARTINS, Carlos Eduardo.(1999). "A superexploração do trabalho e a acumulação de capital: reflexões para uma economia política da dependência". *Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 5. p.p. 121-138.
- _____.(1998). "Theotônio dos Santos: introdução à vida e obra de um intelectual planetário". In SEGRERA, Francisco López. (1998). *Los Retos de La Globalización: Ensayos en Homenaje a Theotonio dos Santos*. Caracas,Tomo I, UNESCO, pp. 33-89.
- _____.(1996). *Globalização e capitalismo: considerações teórico-metodológicas sobre os novos padrões da acumulação de capital e suas implicações para as políticas científico-tecnológicas*. Dissertação de mestrado. Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, (EBAP/FGV-RJ).
- SANTOS, Theotônio dos.(1994-A) "Fundamentos teóricos do governo Fernando Henrique Cardoso". *Política e Administração FESP*.Rio de Janeiro, Vol. 2, nº4, p.p. 64-73
- _____.(1994-B). *Revolução científico-técnica: nova divisão internacional do trabalho e sistema mundial*. Vitória: Cadernos da ANGE.
- _____. (1993). *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-Americana*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1992). "The Future of Geopolitical Alignments". *The Ritsumeikan Journal of International Relations*. Kyoto, vol. 4, n. 3, março 1992, p.p. 1-32.
- _____. (1991). *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis, Vozes.

- _____. (1987). *Revolução científico-técnica e acumulação de capital*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1985). *Forças produtivas e relações de produção*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1983). *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1978-A). *Imperialismo y dependência*. México D.F, Ediciones Era.
- _____. (1978-B). *Socialismo o fascismo: el Nuevo Carácter de la Dependência y e Dilema Latinoamericano*. México D.F, Editorial Edicol. (edição revisada e ampliada).